

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

CRISTIANE RODRIGUES DA SILVA

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA -
TEA NO CONTEXTO ESCOLAR E O PAPEL DO PSICÓLOGO**

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2025

CRISTIANE RODRIGUES DA SILVA

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA -
TEA NO CONTEXTO ESCOLAR E O PAPEL DO PSICÓLOGO**

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof.^a Esp. Maria Sáwilla
Moura de Lima

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2025

CRISTIANE RODRIGUES DA SILVA

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO
AUTISTA – TEA NO CONTEXTO ESCOLAR E O PAPEL DO PSICÓLOGO**

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 03/12/2025

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Profa.Esp. Maria Sáwilla Moura de Lima

Membro: Profa. Esp. Alline Leite Garcia Fontenele /UNILEÃO

Membro: Esp. Maria Miqueli dos Santos Rocha

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2025

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - TEA NO CONTEXTO ESCOLAR E O PAPEL DO PSICÓLOGO

Cristiane Rodrigues Da Silva¹
Maria Sáwilla Moura de Lima²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo compreender os desafios e as possibilidades da inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar, destacando o papel do psicólogo escolar nesse processo. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica fundamentada em autores da Psicologia e da Educação Inclusiva, buscando analisar como práticas pedagógicas adequadas, o trabalho interdisciplinar e a participação ativa da família no processo contribuem para o desenvolvimento integral da criança com TEA. Os resultados indicam que, apesar das garantias legais, a inclusão ainda é dificultada por barreiras estruturais, pedagógicas e atitudinais. Evidenciou-se que estratégias como ensino estruturado, tecnologias assistivas, flexibilização curricular, formação continuada e o envolvimento familiar favorecem ambientes mais acessíveis e acolhedores. O estudo também destaca a importância do psicólogo escolar como mediador entre escola, família e aluno, promovendo escuta qualificada, diálogo e apoio às práticas inclusivas. Conclui-se que a consolidação da inclusão depende do envolvimento da comunidade escolar, da participação ativa da família no processo e da valorização das potencialidades individuais de cada criança.

Palavras-chave: Inclusão escola; Transtorno do Espectro Autista; Psicologia Escolar; Educação Inclusiva.

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: rodriguescristiane657@gmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: mariasawilla@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de estudo a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista -TEA no contexto escolar e o papel do psicólogo nesse processo. A escolha desse tema justifica-se pelo seu caráter atual e pela relevância tanto para a área da educação quanto para a psicologia, considerando o crescente interesse acadêmico e social sobre práticas inclusivas.

Mais do que discutir a presença dessas crianças na escola, o estudo busca compreender de que forma a inclusão se manifesta no cotidiano escolar e quais estratégias e recursos podem favorecer a adaptação, o desenvolvimento e a aprendizagem. Nesse contexto, o psicólogo escolar assume um papel estratégico, mediando relações e colaborando para que o processo inclusivo seja efetivo.

A questão que norteia a pesquisa é, quais são os principais desafios e estratégias para garantir a inclusão de crianças com TEA no ambiente escolar e qual é o papel do psicólogo nesse processo? Parte-se da hipótese de que a atuação do psicólogo escolar, em articulação com professores, gestores e famílias, pode contribuir significativamente para a criação de práticas pedagógicas inclusivas, promovendo um ambiente mais acolhedor, respeitoso e adaptado às necessidades de todos os alunos.

O objetivo geral desta pesquisa é compreender os desafios enfrentados por crianças com TEA no contexto escolar e analisar estratégias que favoreçam sua inclusão e desenvolvimento. Para atingir esse propósito, foram definidos objetivos específicos: analisar práticas pedagógicas e recursos que facilitem o aprendizado e a adaptação; identificar as principais dificuldades enfrentadas pelas crianças com TEA; explorar a importância do papel do psicólogo na mediação entre alunos, professores e famílias; e avaliar como a formação de professores pode impactar a inclusão e o desenvolvimento escolar.

O tema se mostra relevante, ainda, em função das legislações e políticas públicas que garantem o direito à educação inclusiva. Apesar dos avanços normativos, muitas escolas enfrentam barreiras estruturais e pedagógicas que dificultam a efetivação desse direito. Em diversas situações, os profissionais da educação relatam não se sentir plenamente preparados para atender às demandas específicas de crianças com TEA, e os recursos materiais e humanos disponíveis frequentemente são insuficientes para proporcionar uma inclusão plena.

Assim, a efetivação da inclusão escolar depende não apenas de políticas e recursos pedagógicos, mas também de um olhar atento às dimensões subjetivas que permeiam as relações escolares. É nesse ponto que a atuação do psicólogo escolar se torna indispensável. Por meio da escuta, da mediação e do apoio à comunidade educativa, o psicólogo contribui para transformar o cotidiano da escola em um espaço de acolhimento, respeito e participação ativa. Sua presença é decisiva para que a inclusão deixe de ser apenas um princípio legal e se torne uma prática vivida no dia a dia escolar.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, com ênfase na revisão bibliográfica como principal método de investigação. Segundo Gil (2019), a pesquisa bibliográfica é essencial para os estudos acadêmicos, pois permite compreender o estado da arte sobre o objeto investigado e fornece embasamento teórico consistente para a análise crítica do tema estudado.

A escolha desta metodologia justifica-se pela necessidade de compreender criticamente os impactos psicossociais e educacionais relacionados ao Transtorno do Espectro Autista -TEA, especialmente no contexto escolar e no papel desempenhado pelo psicólogo. A Psicologia, por sua tradição no uso de métodos qualitativos, fornece suporte teórico e técnico para a análise da literatura científica existente.

Foram incluídas publicações nacionais e internacionais, em português e inglês, publicadas nos últimos dez anos, que tratem especificamente de diagnósticos de TEA, inclusão escolar e atuação do psicólogo no contexto educacional. Como critérios de exclusão, não foram considerados trabalhos de caráter meramente opinativo, sem respaldo metodológico e científico, bem como textos que não dialogassem com a temática da pesquisa. Além disso, foram contempladas obras clássicas de reconhecida relevância histórica, que contribuíram para a construção teórica do campo e permanecem essenciais para compreender os fundamentos do TEA e da inclusão escolar.

As buscas foram realizadas nas bases SciELO, PePSIC, CAPES e Google Acadêmico, além de consultas complementares em repositórios institucionais de

universidades e documentos oficiais de órgãos de saúde. Os descritores empregados foram: “Transtorno do Espectro Autista”, “Inclusão Escolar”, “Psicólogo Escolar” e “Educação Inclusiva”, utilizados de forma isolada e combinada, permitindo abarcar diferentes perspectivas teóricas e contextos educacionais.

O processo de análise dos textos envolveu três etapas: (1) leitura exploratória, para identificar materiais relacionados ao tema; (2) seleção dos textos mais relevantes, considerando os objetivos da pesquisa e os critérios de inclusão definidos; e (3) categorização dos achados teóricos em eixos de análise, tais como: dificuldades na inclusão escolar, estratégias pedagógicas e papel do psicólogo no processo inclusivo.

Esses eixos de análise serviram de base para a construção da fundamentação teórica, permitindo uma compreensão sistematizada das questões relativas à inclusão de crianças com TEA e à atuação do psicólogo escolar, além de orientar a discussão dos resultados e conclusões do estudo.

2.2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.2.1 Transtorno do Espectro Autista - TEA e a Inclusão Escolar

O Transtorno do Espectro Autista - TEA é uma condição que afeta o desenvolvimento neurológico e que se manifesta, principalmente, por dificuldades na comunicação, na interação social e por comportamentos repetitivos (APA, 2013). Trata-se de um transtorno que desperta cada vez mais interesse científico, não apenas para compreender suas características, mas também para aprimorar os processos de diagnóstico e de intervenção.

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5, descreve que o diagnóstico do TEA deve considerar déficits persistentes na comunicação e na interação social, acompanhados da presença de comportamentos, interesses ou atividades restritas e repetitivas. Esses sinais costumam estar presentes desde os primeiros anos de vida, embora em alguns casos se tornem mais perceptíveis em etapas posteriores do desenvolvimento, gerando impactos significativos em diferentes áreas do cotidiano, como a vida social, acadêmica e profissional (Limeira *et al.*, 2022).

As dificuldades podem ocorrer tanto na linguagem verbal quanto não verbal. Na interação social, é frequentemente marcada pela dificuldade em estabelecer

vínculos recíprocos. E nos comportamentos repetitivos ou restritivos, que se evidenciam na insistência em rotinas, na resistência a mudanças e no interesse intenso por temas específicos. A gravidade desses sintomas não é uniforme e pode variar bastante conforme o ambiente e os apoios oferecidos, como o próprio DSM-5 ressalta (APA, 2013).

De forma semelhante, a CID-11, elaborada pela Organização Mundial da Saúde, também reconhece o TEA como um espectro. Essa classificação considera tanto as dificuldades de linguagem funcional e os déficits cognitivos quanto a possibilidade de comorbidades associadas. A aproximação entre os critérios do DSM-5 e da CID-11 contribui para maior consistência no diagnóstico em nível internacional, ainda que diferenças culturais e práticas locais possam influenciar sua aplicação (Neto *et al.*, 2018).

Estudos recentes indicam que indivíduos com TEA frequentemente apresentam alterações no processamento sensorial, como hiporreatividade, hiperreatividade e busca sensorial, que podem impactar negativamente o desenvolvimento e a aprendizagem (Mattos, 2019). Compreender essas particularidades é essencial para planejar intervenções educativas e terapêuticas que respeitem o ritmo e as necessidades de cada pessoa, promovendo seu desenvolvimento de maneira integrada e individualizada.

Esse entendimento é fundamental para que a sociedade adote práticas inclusivas, oferecendo suporte adequado às pessoas com TEA e seus familiares, promovendo respeito, acolhimento e valorização da diversidade. Diante disso, torna-se necessário compreender como a educação brasileira historicamente tem lidado com as pessoas com deficiência. A análise da trajetória da integração à inclusão ajuda a entender os avanços e os desafios que ainda se apresentam na efetivação da escolarização desse público.

A trajetória da educação de pessoas com deficiência no Brasil passou por mudanças significativas ao longo da história. Inicialmente, prevalecia um modelo de exclusão, em que esses sujeitos eram vistos sob a ótica da incapacidade e muitas vezes afastados da vida social. Somente no século XX começaram a surgir iniciativas voltadas para a escolarização, ainda que de forma segregada, em instituições especializadas.

A partir da década de 1970, ganhou força o modelo de integração, que buscava inserir o estudante com deficiência no ensino regular, mas sem questionar as barreiras

estruturais da escola. Nesse paradigma, cabia ao aluno se adaptar ao espaço escolar, o que muitas vezes resultava em fracasso e exclusão velada, já que as instituições não estavam preparadas para atender às necessidades desse público (Mantoan, 2003).

Com as limitações do modelo de integração, a inclusão educacional no Brasil passou a ser sustentada por marcos normativos que têm como finalidade assegurar o direito à aprendizagem e à participação de todos os estudantes, reconhecendo tanto suas particularidades quanto suas potencialidades.

Esses dispositivos legais se concretizam, por exemplo, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996), que estabelece os fundamentos do sistema educacional brasileiro e garante a educação como um direito de todos. No que diz respeito aos alunos público-alvo da educação especial, a LDB determina a oferta de serviços de apoio especializado, priorizando sua inserção nas classes comuns da rede regular de ensino (Brasil, 1996).

Outro marco fundamental é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que consolidou e ampliou direitos, contemplando também as pessoas com TEA. Essa legislação assegura igualdade de condições no acesso e permanência na educação, vedando qualquer forma de discriminação em razão da deficiência. O Estatuto reforça a importância da eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais e pedagógicas, contribuindo para a consolidação da educação inclusiva como princípio de justiça social e de efetivação da cidadania (Brasil, 2015).

De maneira complementar, a relevância desses instrumentos legais demonstra que educação e inclusão devem estar integradas, garantindo a aplicação prática do que está previsto em lei. Nesse contexto, destaca-se a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que orienta a organização do ensino a partir do reconhecimento da diversidade e propõe estratégias pedagógicas que favoreçam a participação e a aprendizagem de estudantes com deficiência em salas regulares.

A educação inclusiva, nesse sentido, se consolida como um modelo pedagógico que busca eliminar barreiras à aprendizagem e à participação, garantindo que todos os alunos, com ou sem deficiência, possam aprender juntos em ambientes comuns. Ela vai além do simples acesso à escola, envolvendo transformações nas práticas pedagógicas, no currículo e nas relações interpessoais. Como destaca

Mantoan (2003), a inclusão não é apenas a presença do aluno na sala de aula, mas sua efetiva participação e aprendizagem.

Assim sendo, os princípios da inclusão escolar orientam-se pela valorização da diversidade, pela igualdade de oportunidades e pelo respeito às singularidades. Esses princípios exigem da escola uma postura acolhedora, flexível e comprometida com o desenvolvimento integral de todos os estudantes, superando práticas segregadoras e discriminatórias.

Nesse cenário, o papel da escola no processo de desenvolvimento integral da criança com TEA é de extrema relevância. A instituição escolar deve ser compreendida como espaço de socialização, aprendizagem e construção da autonomia, possibilitando que essas crianças desenvolvam suas potencialidades cognitivas, sociais e emocionais. Para tanto, é necessário que o ambiente escolar seja adaptado, que os professores recebam formação adequada e que se promovam estratégias pedagógicas que considerem as especificidades do TEA.

Garantir a inclusão educacional de crianças com TEA é essencial para a promoção da equidade no ambiente escolar, consolidando assim os princípios das legislações e fortalecendo uma sociedade verdadeiramente democrática. Nesse sentido, o compromisso da escola deve ir além da inserção física do estudante, promovendo sua participação ativa nas atividades pedagógicas e na vida escolar.

Para isso, torna-se necessário reformular o currículo, flexibilizar métodos de ensino tradicionais, adaptar os materiais didáticos e incentivar a formação de educadores preparados para lidar com a diversidade. O docente precisa ser capacitado não apenas tecnicamente, mas também sensibilizado quanto à importância de acolher as diferenças presentes no ambiente educacional (Alves, 2023).

As características das pessoas com TEA não devem ser vistas como obstáculos impossíveis, mas sim como desafios que podem ser enfrentados com o apoio certo. O primeiro passo é conhecer melhor o transtorno, acompanhar o desenvolvimento da criança e sempre buscar novas formas de estimular suas habilidades cognitivas, emocionais e sociais.

Mais do que focar nas dificuldades, é importante abrir espaço para enxergar as diferentes formas de aprender e de se relacionar, reconhecendo que cada pessoa tem o seu jeito de ser. Quando olhamos por esse ângulo, percebemos que a inclusão escolar é possível e que todos têm algo a contribuir no ambiente educacional.

2.2.2 Desafios e Possibilidades da Inclusão de Crianças com TEA na Escola

A efetivação da inclusão escolar de crianças com TEA ultrapassa o campo das legislações e políticas públicas, alcançando a realidade concreta das escolas e dos profissionais que nelas atuam. Embora os avanços legais tenham garantido o direito ao acesso e à permanência desses estudantes, a prática diária ainda evidencia dificuldades estruturais, pedagógicas e atitudinais. A inclusão, portanto, não se limita ao cumprimento das normas, mas à criação de condições reais para que a criança com TEA participe ativamente das experiências escolares e se desenvolva em todas as suas dimensões.

A escola, enquanto espaço de socialização e formação integral, enfrenta o desafio de conciliar a diversidade dos alunos com a organização tradicional do ensino. A presença de crianças com TEA no ambiente escolar convida a comunidade educativa a repensar práticas, flexibilizar métodos e adotar uma postura mais empática e colaborativa. Nesse contexto, a inclusão se torna um processo que exige não apenas adaptação pedagógica, mas também sensibilidade humana, escuta ativa e compromisso coletivo com a valorização das diferenças. Como afirmam Silva e Barbosa (2022), incluir significa reconhecer que cada estudante aprende de forma única e possui potencialidades que merecem ser exploradas.

De modo complementar, compreender os desafios e as possibilidades da inclusão de crianças com TEA é essencial para avançar rumo a uma educação realmente democrática. O sucesso desse processo depende da articulação entre escola, família e profissionais especializados, da formação docente e da implementação de estratégias que favoreçam o aprendizado e a convivência. Assim sendo, a análise que segue busca discutir as principais barreiras ainda existentes e as alternativas que podem fortalecer a prática inclusiva nas escolas brasileiras.

Os desafios da prática inclusiva de crianças com TEA nas escolas se expressam em diferentes dimensões e revelam que a garantia do direito à educação inclusiva ainda não se traduz plenamente na prática. Entre os principais obstáculos, destacam-se as barreiras estruturais, pedagógicas e atitudinais que permeiam o cotidiano escolar. Muitas instituições ainda enfrentam limitações de recursos materiais e humanos, turmas superlotadas e ausência de apoio especializado, o que dificulta a

atenção individualizada e a adaptação das metodologias de ensino. Ademais, a formação insuficiente de professores sobre o autismo e a permanência de preconceitos e estigmas dentro do ambiente educacional comprometem o processo de inclusão.

De acordo com Nogueira e Cardoso (2022), a falta de sensibilização e de compreensão sobre as especificidades do TEA leva a práticas que, muitas vezes, reforçam a exclusão, ainda que de forma sutil. Nesse mesmo sentido, Silva e Barbosa (2022) ressaltam que a formação continuada e o preparo emocional dos docentes são condições fundamentais para promover uma inclusão efetiva. Ambos os estudos convergem ao destacar a importância da sensibilização docente como condição essencial para que a inclusão ocorra de forma real e significativa, e não apenas formal.

As barreiras atitudinais constituem um dos principais obstáculos à inclusão de crianças com TEA nas escolas. Elas se manifestam através de preconceitos, resistência e falta de sensibilização por parte de professores, colegas e até da comunidade escolar. Silva e Barbosa (2022) destacam que o desconhecimento sobre as particularidades do TEA e a manutenção de estereótipos podem gerar práticas excludentes, mesmo que de forma sutil, prejudicando a socialização e a autoestima dos alunos autistas. A falta de compreensão das necessidades individuais reforça comportamentos discriminatórios e torna o ambiente escolar menos acolhedor, criando dificuldades na integração dos estudantes.

Além disso, a ausência de programas de conscientização e estratégias de sensibilização dificulta que a escola desenvolva uma cultura de respeito à diversidade. A falta de empatia e compreensão do funcionamento cognitivo e comportamental dos alunos com TEA pode levar a situações de isolamento. Nesse sentido, superar as barreiras atitudinais requer investimento em formação e orientação, de modo que todos os membros da comunidade escolar compreendam que a diversidade é um valor a ser respeitado e não uma dificuldade a ser ignorada.

Diante disso, as barreiras estruturais se referem às limitações físicas, materiais e humanas das instituições de ensino, que dificultam a adaptação das atividades escolares às necessidades específicas das crianças com TEA. Salas de aula superlotadas, turmas numerosas e ausência de recursos pedagógicos adaptados comprometem a atenção individualizada, necessária para que cada aluno tenha a oportunidade de aprender no seu próprio ritmo. Nogueira e Cardoso (2022) enfatizam que a carência de profissionais especializados, como psicopedagogos e auxiliares de

sala, prejudica a implementação de estratégias de ensino personalizadas e reduz a eficácia do processo de inclusão.

Essas limitações estruturais se conectam diretamente com as barreiras atitudinais, pois mesmo professores bem-intencionados enfrentam dificuldades para atuar de forma inclusiva quando o espaço físico e os recursos são insuficientes. Além disso, a falta de infraestrutura adequada restringe o uso de práticas pedagógicas diversificadas, dificultando a participação plena dos alunos com TEA e reforçando a sensação de exclusão. Assim, aprimorar as condições estruturais da escola é essencial para assegurar ambientes acessíveis, seguros e estimulantes, capazes de favorecer uma inclusão efetiva e significativa.

Por sua vez, as barreiras pedagógicas dizem respeito à formação docente e às metodologias de ensino utilizadas na educação básica. Muitos professores não possuem preparo específico sobre o autismo, o que os impede de identificar estratégias adequadas para atender às particularidades dos alunos com TEA. Ferreira (2025) aponta que o uso de metodologias tradicionais, sem adaptações, limita a autonomia e a participação desses estudantes, dificultando o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais.

Além disso, as barreiras pedagógicas estão diretamente relacionadas às estruturais, já que a sobrecarga de alunos por turma e a falta de tempo para planejamento comprometem a aplicação de práticas inclusivas. A carência de materiais didáticos adaptados e de apoio técnico também inviabiliza o uso de estratégias diversificadas que contemplem diferentes estilos de aprendizagem. Portanto, superar as barreiras pedagógicas requer tanto a capacitação contínua dos professores quanto a revisão dos currículos, de modo a valorizar práticas flexíveis, dinâmicas e centradas no estudante.

Assim sendo, é possível observar que diversas possibilidades vêm sendo discutidas na literatura como caminhos para o fortalecimento da inclusão de crianças com TEA no contexto escolar. A inclusão efetiva de crianças com TEA nas escolas depende de estratégias que promovam o acesso, a permanência e a participação ativa desses alunos no processo educativo. Estudos indicam que, quando implementadas de forma articulada, práticas como a formação docente, a adaptação curricular, o uso de recursos de acessibilidade e estratégias pedagógicas individualizadas fortalecem a inclusão e contribuem para o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes (Silva; Barbosa, 2022; Nogueira; Cardoso, 2022).

Tais possibilidades vão além do cumprimento formal da legislação, oferecendo condições reais para que os alunos com TEA aprendam, socializem e desenvolvam suas potencialidades de forma significativa. Dessa forma, para que essas ações sejam efetivas, é necessário o envolvimento coletivo da escola, da família, dos profissionais especializados e de políticas públicas de apoio.

Almeida, Silva e Costa (2025) destacam que experiências bem-sucedidas de inclusão mostram que ambientes colaborativos, com planejamento estruturado e valorização da diversidade, promovem melhores resultados educacionais e sociais. Em vista disso, investir nas possibilidades da inclusão é essencial para superar as barreiras existentes e garantir que a educação seja realmente equitativa e democrática.

Entre as possibilidades, destaca-se a formação continuada de professores, que se mostra essencial para promover inclusão efetiva. Veloso (2024) afirma que cursos, oficinas e programas de atualização pedagógica permitem que os docentes compreendam melhor o TEA, identifiquem dificuldades individuais e ajustem suas práticas de ensino de acordo com as necessidades de cada aluno. Essa formação também favorece a construção de um ambiente escolar acolhedor, no qual os professores estejam preparados para lidar com comportamentos desafiadores, promover a comunicação e utilizar estratégias pedagógicas diferenciadas.

Além do aprimoramento técnico, a formação docente contínua estimula a reflexão sobre o papel do educador e fortalece atitudes de empatia e respeito às diferenças. César (2021) destaca que programas de capacitação que abordam comunicação alternativa, manejo comportamental e o uso de recursos pedagógicos inclusivos contribuem para reduzir preconceitos e resistência atitudinal, tornando o ambiente escolar mais receptivo à diversidade. Desse modo, a formação continuada não apenas aprimora a prática docente, mas transforma a cultura institucional, promovendo relações mais humanas e inclusivas.

Outra possibilidade relevante envolve a adaptação curricular, que permite que o conteúdo escolar seja acessível a todos os alunos, respeitando as particularidades de cada criança. Pinto et al. (2024) afirmam que flexibilizar conteúdos, ajustar avaliações, propor atividades diferenciadas e utilizar materiais didáticos adaptados possibilita que cada estudante aprenda no seu próprio ritmo, favorecendo o desenvolvimento cognitivo e social. Essa adequação curricular incentiva a

participação de alunos com diferentes perfis e estilos de aprendizagem, promovendo equidade no acesso ao conhecimento.

De modo complementar, o uso de recursos de acessibilidade potencializa o processo de aprendizagem ao oferecer ferramentas que ampliam a autonomia e o engajamento dos alunos com TEA. Lima (2025) destaca que softwares educativos, aplicativos de comunicação, tablets e materiais visuais podem ser incorporados à rotina escolar para facilitar a compreensão e reduzir barreiras de comunicação. Tais recursos também possibilitam que os professores acompanhem o progresso individual e realizem ajustes pedagógicos constantes, tornando o aprendizado mais interativo e significativo.

Outra medida importante é a implementação de estratégias pedagógicas individualizadas, que permitem atender às necessidades e ritmos de aprendizagem de cada aluno. Rocha Filho (2023) destaca que métodos estruturados, reforços positivos, rotinas previsíveis e planos diferenciados favorecem o desenvolvimento acadêmico e social, além de promoverem segurança e autonomia. Essas estratégias tornam o processo educacional mais dinâmico e ajustado às particularidades de cada criança.

Nesse contexto, a colaboração entre professores, familiares e profissionais especializados mostra-se essencial para a efetividade das estratégias individualizadas. Brito (2025) ressalta que o diálogo constante possibilita elaborar planos educacionais personalizados, realizar ajustes contínuos e desenvolver intervenções mais precisas. Essa parceria fortalece o vínculo com o aluno, garantindo que as práticas pedagógicas sejam coerentes em todos os ambientes de convivência.

Relatos de experiências bem-sucedidas de inclusão evidenciam que a combinação dessas ações gera resultados positivos no desempenho acadêmico e social dos alunos com TEA. Oliveira (2024) indica que escolas que investem em formação docente, adaptam o currículo, utilizam recursos de acessibilidade e aplicam estratégias individualizadas observam avanços significativos na aprendizagem, na autoestima e na integração social dos estudantes. Silva (2025) reforça que a participação ativa da comunidade escolar, incluindo pais e profissionais de apoio, fortalece o processo inclusivo e contribui para a construção de ambientes que valorizam a diversidade, promovem equidade e garantem o desenvolvimento integral.

A análise dos desafios estruturais, pedagógicos e atitudinais revela que a inclusão de crianças com TEA exige um compromisso coletivo entre escola, família e

profissionais especializados. Ao mesmo tempo, as possibilidades apresentadas pela literatura, como a formação continuada de professores, a adaptação curricular e o uso de tecnologias assistivas, mostram que práticas inclusivas são possíveis quando há sensibilidade e apoio institucional.

Diante disso, o papel do psicólogo escolar ganha destaque, pois ele atua justamente na mediação dessas relações, promovendo o diálogo, a escuta e o fortalecimento emocional de todos os envolvidos no processo educativo.

2.2.3 O Papel do Psicólogo Escolar na Inclusão

A análise dos desafios estruturais, pedagógicos e atitudinais discutidos anteriormente evidencia a necessidade de um olhar interdisciplinar e de ações articuladas no contexto escolar. Nesse cenário, o psicólogo escolar emerge como um profissional essencial para enfrentar essas barreiras, promovendo o diálogo entre os diferentes agentes da comunidade educativa e fortalecendo práticas inclusivas.

Sua atuação contribui para a superação de resistências atitudinais, para o apoio à formação docente e para o desenvolvimento de estratégias que favorecem a adaptação curricular e emocional dos alunos com TEA. Assim, o papel do psicólogo escolar se configura como resposta concreta aos desafios da inclusão, articulando saberes e promovendo transformações nas relações e nas práticas pedagógicas.

O Psicólogo escolar exerce um papel fundamental na promoção da saúde mental e no processo de inclusão educacional. Sua atuação ultrapassa o acompanhamento das dificuldades de aprendizagem, englobando intervenções que favorecem o desenvolvimento integral dos estudantes. Com um olhar empático e acolhedor, o psicólogo busca compreender as demandas individuais e coletivas do ambiente escolar, contribuindo para a construção de práticas mais inclusivas e humanas.

Para uma melhor compreensão dessa atuação, é fundamental reconhecer o campo teórico e prático que sustenta. A Psicologia Escolar constitui um campo da Psicologia voltado à compreensão dos processos de aprendizagem, desenvolvimento e convivência no contexto educacional. De acordo com Marinho-Araújo (2010), essa área busca promover ações que articulem os aspectos cognitivos, afetivos e sociais dos sujeitos, contribuindo para a formação integral dos estudantes.

O Psicólogo escolar atua de forma colaborativa com professores, famílias e gestores, com o objetivo de identificar e intervir nas dificuldades que interferem no processo educativo. Para Bock (2015), a prática desse profissional deve priorizar o acolhimento e a escuta, favorecendo a construção de um ambiente escolar saudável e participativo. Nessa perspectiva, a Psicologia Escolar se consolida como uma área essencial para o fortalecimento das relações humanas e para a promoção de práticas pedagógicas inclusivas, que considerem o aluno em sua totalidade.

Nesse contexto, as atribuições do psicólogo escolar abrangem diversas dimensões do ambiente educacional, que se complementam e fortalecem o processo de inclusão. Entre suas principais funções estão a mediação entre escola e família, o apoio à equipe pedagógica e a orientação aos responsáveis, ações essenciais para promover o desenvolvimento integral do estudante e consolidar uma prática educativa mais humana, colaborativa e sensível às diferenças.

O fortalecimento da parceria entre escola, família e criança é uma das principais funções centrais do psicólogo escolar, pois seu trabalho se baseia na criação de um elo de comunicação e confiança entre esses três contextos fundamentais para o desenvolvimento do aluno. Segundo Marinho-Araújo (2010), o psicólogo atua como facilitador do diálogo, promovendo a escuta e o entendimento das diferentes realidades que influenciam o processo educativo.

Essa articulação é essencial para o fortalecimento dos vínculos afetivos e para o desenvolvimento integral da criança, contribuindo para que a escola se torne um ambiente mais acolhedor e inclusivo. Além disso, o psicólogo busca compreender as necessidades emocionais, sociais e cognitivas dos estudantes, auxiliando a família e escola a adotarem posturas mais empáticas e colaborativas.

O apoio à equipe pedagógica e aos professores constitui outra dimensão importante da atuação do psicólogo escolar. Ele oferece suporte técnico e emocional aos educadores, auxiliando-os a lidar com as demandas cotidianas e os desafios da prática docente. Conforme Bock (2015), o psicólogo colabora para que os professores reflitam sobre suas práticas e compreendam os aspectos subjetivos que envolvem o comportamento e o rendimento dos alunos.

Por meio de reuniões, escutas individuais e formações, o profissional contribui para a promoção da saúde mental e para a criação de um espaço educativo mais sensível, empático e preparado para lidar com as diversidades, fortalecendo o compromisso da escola com uma educação de qualidade e voltada para a inclusão.

Paralelamente, a orientação às famílias representa outra dimensão essencial dessa atuação. O envolvimento familiar é determinante para o sucesso do processo educativo. Segundo Antunes (2014), o diálogo constante entre escola e família possibilita uma compreensão mais profunda das necessidades e potencialidades de cada aluno.

O psicólogo, nesse sentido, atua como mediador e orientador, oferecendo apoio para que os responsáveis compreendam melhor o desenvolvimento emocional e comportamental dos filhos. Dessa forma, promove ações de sensibilização que reforçam a importância da participação ativa das famílias na vida escolar, fortalecendo o vínculo entre os contextos familiar e escolar e criando uma rede de cuidado e corresponsabilidade.

Além dessas atribuições gerais, destaca-se a contribuição do psicólogo escolar diante da inclusão de crianças com TEA, atuando na adaptação ao contexto escolar e oferecendo suporte emocional e estratégias que favorecem a aprendizagem e a convivência. As intervenções sustentadas nos princípios da Psicologia permitem compreender as particularidades do desenvolvimento infantil, auxiliando na ampliação das habilidades sociais e cognitivas e favorecendo uma melhor adaptação tanto na escola quanto no ambiente familiar (Matos; Matos, 2017).

Nessa perspectiva, Matos e Beckman (2016) destacam que a Psicologia Escolar representa um recurso indispensável para o assessoramento nos processos educativos de crianças com TEA, atuando de forma a garantir a acessibilidade, a permanência e a participação ativa desses alunos nas atividades escolares.

O psicólogo, ao intervir de maneira colaborativa junto à equipe pedagógica e às famílias, contribui para o desenvolvimento de práticas inclusivas que respeitam o ritmo, as necessidades e as potencialidades individuais de cada estudante. Assim, suas contribuições ultrapassam o campo técnico, assumindo uma dimensão ética e social que promove o reconhecimento das diferenças e o fortalecimento de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Dessa forma, as reflexões dos autores dialogam diretamente com as orientações do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que ressalta que o papel desse profissional não se limita à avaliação ou ao diagnóstico, mas se estende à construção de estratégias que favoreçam a permanência e a participação ativa dos estudantes com deficiência ou com transtornos do neurodesenvolvimento, como o TEA.

Assim, a Psicologia Escolar contribui para transformar as práticas educativas, sensibilizando a comunidade escolar e fortalecendo uma cultura inclusiva que reconhece cada aluno como sujeito singular, com potencialidades e direitos a serem respeitados.

O psicólogo participa ativamente da elaboração de estratégias de intervenção e de apoio pedagógico que envolvem tanto os estudantes quanto os professores. Em conjunto com a equipe pedagógica, planeja ações que favorecem a socialização, a comunicação e a autonomia dos alunos com TEA, fortalecendo a inclusão e o sentimento de pertencimento no espaço escolar. Uma dimensão igualmente relevante da atuação do psicólogo escolar consiste na promoção de práticas de sensibilização junto à comunidade escolar. O profissional desenvolve atividades que estimulam a reflexão sobre o respeito à diversidade, a empatia e a cooperação entre todos os envolvidos no processo educativo.

Essas iniciativas contribuem para desconstruir estigmas e favorecer uma cultura escolar mais participativa e solidária, que reconhece o valor da convivência com as diferenças. Ademais, o psicólogo integra-se a equipes multidisciplinares, colaborando com psicopedagogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e outros profissionais, garantindo uma intervenção mais ampla.

Apesar de sua relevância, a atuação do psicólogo escolar na inclusão enfrenta limites concretos que dificultam a efetivação de seu trabalho. A sobrecarga de demandas, a ausência de equipes multiprofissionais e o insuficiente apoio institucional muitas vezes restringem o alcance das intervenções psicológicas. Em muitos contextos escolares, o psicólogo é o único profissional de apoio à saúde mental, o que o leva a atender um grande número de alunos e demandas diversas, comprometendo o acompanhamento contínuo e o trabalho preventivo.

Além disso, a falta de reconhecimento institucional de sua função pedagógica e formativa pode reduzir sua atuação a aspectos clínico-avaliativos, distanciando-a do caráter educativo e coletivo que a Psicologia Escolar propõe. Reconhecer essas limitações é fundamental para fortalecer políticas públicas que garantam melhores condições de trabalho e possibilitem uma atuação mais efetiva e transformadora.

Contudo, é necessário reconhecer que a atuação do psicólogo escolar na inclusão de crianças com TEA ainda enfrenta desafios significativos. Entre eles, destacam-se a falta de recursos adequados, a escassez de profissionais nas redes de ensino e a carência de formação continuada voltada à inclusão.

Apesar dessas dificuldades, o compromisso ético, a escuta sensível e a atuação colaborativa permanecem como pilares essenciais do trabalho do psicólogo escolar, reafirmando seu papel na consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva, capaz de valorizar as diferenças e promover o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

Dessa forma, a inclusão requer reflexão constante, pois cada estudante possui um ritmo próprio de socialização e aprendizagem e não pode ser reduzido a um padrão único. Minghetti e Kanan (2010) reforçam essa perspectiva ao defenderem a importância desse profissional na melhoria da qualidade da educação, promovendo uma prática educativa positiva e voltada ao desenvolvimento saudável de crianças com TEA no contexto escolar.

Nesse mesmo sentido, Feitosa e Araújo (2018) destacam que o psicólogo escolar deve direcionar sua atuação para a promoção da saúde psicológica e para a construção de estratégias de intervenção que favoreçam o bem-estar emocional de alunos e professores. Além disso, sua função mediadora contribui para a criação de espaços de diálogo e para o desenvolvimento de práticas formativas que ampliam as possibilidades de aprendizagem e convivência. Assim, a atuação do psicólogo escolar na inclusão se consolida como um compromisso ético, social e educacional, voltado à valorização das potencialidades humanas e à construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

Em suma, o papel do psicólogo escolar na inclusão de crianças com TEA ultrapassa o campo técnico e assume uma dimensão ética, social e educacional. Sua atuação colaborativa, reflexiva e empática contribui para a construção de práticas pedagógicas mais humanas, equitativas e transformadoras. Ao promover o diálogo, o respeito e o acolhimento das diferenças, o psicólogo escolar fortalece a criação de uma escola verdadeiramente inclusiva, que se constitui como espaço de pertencimento, desenvolvimento integral e garantia do direito de todos a uma educação de qualidade e à convivência na diversidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como propósito compreender os desafios e as possibilidades da inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto escolar, destacando o papel do psicólogo na construção de práticas que

favoreçam a permanência, a aprendizagem e o desenvolvimento integral desses estudantes. A análise teórica permitiu identificar que, embora o Brasil possua uma legislação avançada no campo da inclusão, ainda há fragilidades significativas em sua efetivação, sobretudo no que se refere às condições reais de trabalho das escolas e à preparação de seus profissionais.

Observou-se que, para além do acesso, a inclusão requer ações articuladas, adaptação curricular, recursos pedagógicos acessíveis, formação continuada e uma postura institucional sensível às singularidades. Nesse processo, o psicólogo escolar exerce funções essenciais, como mediação entre família e escola, acolhimento emocional, orientação à equipe pedagógica, promoção de cultura inclusiva e apoio ao desenvolvimento socioemocional da criança com TEA. Assim, evidencia-se a contribuição da Psicologia no fortalecimento de práticas humanizadas e interdisciplinares, capazes de transformar o ambiente educacional em um espaço de pertencimento.

Apesar das contribuições apresentadas, este estudo se limita ao campo teórico, não contemplando análises práticas em instituições escolares, o que poderia ampliar o entendimento sobre as vivências, dificuldades e necessidades concretas dos profissionais, estudantes e familiares. Sugere-se, para pesquisas futuras, a realização de estudos de campo, entrevistas, relatos de experiências, análises de políticas públicas em diferentes contextos e investigações sobre a atuação de equipes multiprofissionais na escola.

Conclui-se que a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva depende do fortalecimento das políticas públicas, da ampliação de equipes especializadas, da valorização da formação docente e da atuação do psicólogo escolar pautada na ética, na escuta sensível, na valorização da diversidade e no trabalho colaborativo. Uma escola inclusiva não se sustenta apenas em documentos legais, mas em práticas cotidianas que reconhecem cada criança como sujeito de direitos, com potencialidades únicas e dignas de respeito.

Assim, acredita-se que a inclusão torna-se possível quando a escola se compromete com uma educação mais humana, equitativa e acolhedora, capaz de enxergar a diversidade não como obstáculo, mas como condição essencial para o desenvolvimento pleno de todos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. **Estratégias pedagógicas para inclusão de crianças com TEA.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 29, n. 1, p. 45-60, 2023.
- ALMEIDA, J.; SILVA, M.; COSTA, R. **Experiências bem-sucedidas de inclusão escolar: desafios e conquistas na educação básica.** *Revista Brasileira de Educação Inclusiva*, v. 13, n. 2, p. 87-102, 2025.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5.** 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013
- ANTUNES, C. **A afetividade na escola: educando com firmeza e sensibilidade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Brasília, DF, 2015.
- BRITO, F. **Colaboração entre escola e família no processo inclusivo de alunos com TEA.** *Educação em Perspectiva*, v. 9, n. 1, p. 112–128, 2025.
- BOCK, A. M. B. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia.** 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na Educação Básica.** Brasília: CFP, 2019.
- CÉSAR, L. **Formação docente e inclusão: caminhos para uma prática empática.** *Revista Educação e Diversidade*, v. 8, n. 2, p. 51–69, 2021.
- FEITOSA, F. B.; ARAÚJO, C. M. **A atuação do psicólogo escolar na promoção da saúde mental no contexto educacional.** *Revista Psicologia: Ensino & Formação*, v. 9, n. 1, p. 44-57, 2018.
- FERREIRA, D. **Metodologias de ensino e inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista.** *Revista de Psicopedagogia Contemporânea*, v. 7, n. 3, p. 75–90, 2025.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019
- LIMA, A. **Tecnologias assistivas e recursos de acessibilidade na aprendizagem de estudantes com TEA.** *Cadernos de Educação Especial*, v. 20, n. 1, p. 33–49, 2025.

LIMEIRA, A.; NETO, J.; et al. **Crítérios diagnósticos do TEA na prática clínica.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 7. ed. Campinas: Papirus, 2003.

MARINHO-ARAÚJO, C.M. **Psicologia escolar: novos cenários e contextos de pesquisa, formação e prática.** Campinas, SP: Alínea, 2010.

MATTOS, P. **Processamento sensorial e autismo: implicações educativas.** São Paulo: Summus, 2019.

MATOS, T. G.; MATOS, D. A. **A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista e o papel do psicólogo escolar.** Revista Psicologia e Educação, v. 16, n. 2, p. 89-102, 2017.

MATOS, T. G.; BECKMAN, M. **O psicólogo escolar e o processo de inclusão de alunos com necessidades especiais.** Revista Educação em Foco, v. 21, n. 2, p. 45-59, 2016.

MINGHETTI, C.; KANAN, L. **Psicologia Escolar e inclusão: desafios e possibilidades para a prática do psicólogo.** Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, v. 14, n. 1, p. 27-36, 2010.

NETO, C. J. A.; ALMEIDA, F. S.; SILVA, M. A. **Aproximação entre os critérios diagnósticos do Transtorno do Espectro Autista: uma análise comparativa entre o DSM-5 e a CID-11.** Revista Brasileira de Terapias Cognitivo-Comportamentais, v. 15, n. 2, p. 45–58, 2018.

NOGUEIRA, F.; CARDOSO, P. **Educação inclusiva e práticas pedagógicas na perspectiva do autismo.** Revista Educação em Debate, v. 10, n. 4, p. 120–137, 2022.

OLIVEIRA, S. **Experiências inclusivas no contexto escolar: práticas e resultados com alunos autistas.** Revista Educação e Pesquisa, v. 50, p. 1–18, 2024.

PINTO, R. et al. **Adaptações curriculares e práticas pedagógicas inclusivas: reflexões sobre o ensino para alunos com TEA.** Revista Brasileira de Educação Especial, v. 30, n. 2, p. 55–71, 2024.

ROCHA FILHO, E. **Estratégias pedagógicas individualizadas e o desenvolvimento de alunos autistas.** Revista Educação e Inclusão, v. 15, n. 3, p. 89–103, 2023.

SILVA, C.; BARBOSA, M. **Educação inclusiva e diversidade: o papel da escola na construção de uma cultura de respeito.** Revista Brasileira de Educação Inclusiva, v. 11, n. 1, p. 45–63, 2022.

SILVA, J. **Inclusão escolar e desenvolvimento integral: perspectivas para a educação contemporânea.** Educação e Sociedade, v. 46, n. 3, p. 101–119, 2025.

VELOSO, P. **Formação docente e práticas inclusivas: desafios e possibilidades.** Revista Educação e Formação, v. 9, n. 1, p. 14–29, 2024.